

O conflito de terra na região do Bico do Papagaio no contexto da Guerrilha do Araguaia – a consolidação de um projeto excludente.¹

Gerson Alves de Oliveira²

A luta pela terra na região do Bico do Papagaio nos anos 70 está amarrada a estruturação de elementos que procuram aprofundar o sistema de exclusão que já vigorava na região Centro-Sul do país, no sentido de conservar o modelo agrícola baseada na exploração do trabalhador rural e assalariado. Pois as medidas tomadas por parte do governo militar, no intuito de evitar a disseminação de um foco guerrilheiro que tinha como bandeira principal a reforma agrária, evidenciava-se na concretização de uma política agrária voltada para o grande latifúndio e o empresariado dos grandes centros urbanos.

Desta forma, o projeto de pesquisa aqui exposto buscará identificar os elementos que estiveram presentes na elaboração de um projeto agrícola na região e a conseqüente exclusão do povo que ali residia. Procuraremos examinar a história social da terra na região do Bico do Papagaio, observando os pormenores que solidificaram o projeto de modernização da região baseado na exploração e expropriação do trabalhador rural.

Considerando que a luta pela terra no Bico do Papagaio não é um fato isolado no que diz respeito à problemática agrária presente no Brasil. Pretendemos vincular o debate aqui proferido no âmbito das disputas políticas que permearam os anos de 1960 e início da década seguinte no tocante à luta pela terra, bem como caracterizar essas disputas ao conseqüente discurso que colocava em relevo a necessidade da reforma agrária naquele período. Seja pelo desenvolvimentismo defendido pelos militares no ao Golpe de 64 ou pela perspectiva mais democrática de socialização da terra defendida por grupos mais radicais, ligados a partidos populistas e de esquerdas.

Dois pontos serão cruciais no projeto: a compreensão do fato como sendo o desenrolar de uma disputa entre posseiro e grande proprietário; e a questão do evidente apóio do Governo Militar aos grandes latifundiários através de políticas de créditos e incentivos fiscais. Incentivos esses concretizados a partir da criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e de órgãos paralelos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária) e a GETAT (Grupo de Estradas e Terras do Araguaia Tocantins).

¹ Trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília.

² Licenciado em Ciências Sociais e Bacharelando no curso de sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília.

A ocupação da terra na região Bico do Papagaio tem início nos anos 40 e 50 com a criação da CANG (Colônia Agrícola de Goiás), quando o Governo Federal passa a ser o principal fomentador da política econômica e do processo de desenvolvimento, tornando-se o grande incentivador da ocupação dessa parte da Amazônia. Seu principal objetivo era cumprir o papel de regulador do processo de ocupação em uma perspectiva capitalista, quase sempre discriminando os despossuídos e estimulando a concentração de terras em poucas mãos (PEREIRA 1990, p, 47).

Mas foi a partir da década de 60, com a intensificação do desenvolvimento industrial é que o Bico do Papagaio passou por um processo de intensas mudanças no que diz respeito à terra. Diversas empresas começaram a se instalarem na região e nas terras devolutas as margens da rodovia Belém-Brasília, rodovia que ligava a Amazônia a região Centro-Sul do país. Com isso número de estabelecimentos agrícolas começaria a crescer ao passo que o número de posseiro caía significativamente. Com a chegada da rodovia a terra passa a ser pensada como valor de troca como uma mercadoria, o que levaria a uma corrida à região provocando, assim, as conseqüentes disputas pela terra.

A partir disso, teve início um intenso processo de desenvolvimento naquela região como um todo, principalmente depois que o Estado passou a intervir com mais força, no sentido reorganizar a economia da Amazônia de forma a integrá-la aos grandes centros urbanos. O objetivo do governo, principalmente depois do golpe de 1964, era criar instrumentos para garantir o desenvolvimento do setor agropecuário na Amazônia de forma a adequar a agricultura dentro da estratégia econômica que vinha sendo elaborada, que era a de um desenvolvimento baseada na exportação de produtos agropecuária.

Desta forma, foram criados instrumentos para fomentar a economia da região. Órgãos como a SUDAM, INCRA, GETAT e o BASA (Banco da Amazônia S. A) foram mecanismos que favoreceram a implementação de um projeto que excluía a grande parcela da população que ali residia. Pois acabaram por favorecer e estimular a grande propriedade contribuindo para o desenvolvimento da pecuária agro-exportadora que entre os anos de 1970/78 no norte de Goiás teve um crescimento de 150,3%, enquanto que no Estado foi apenas de 106%. Já na modernização das fazendas, ou seja, compra de máquinas e equipamentos agrícolas o aumento foi ainda mais significativo: no norte já entre 70/75 avançava em 580,7% e entre 75/80, 399%, enquanto que no Estado esse crescimento em 70/75, era de 136,8% e entre 75/80, de 87,3% 9 (PEREIRA 1990, p, 71).

Assim, foi que se constituiu a luta pela terra na região do Bico do Papagaio, uma luta que é acirrada a partir de 1970, pois a intensificação das políticas públicas voltadas para o financiamento de grandes projetos, provocou uma corrida para a região. É neste período que cresce consideravelmente a migração rumo a Amazônia o que favoreceu para surgimento de cidades, povoados as margens das rodovias como a Belém-Brasília e mais tarde a transamazônica. Intensificava-se, portanto a chamada reforma agrária espontânea, resultado do crescente fluxo de trabalhadores rurais para as terras indígenas e devolutas dessas áreas (IANNI 1979, p, 12).

A atuação dos militares entra no bojo do projeto político que era representado por aqueles que não desejam a concretização da “revolução brasileira”. Temerosa frente à situação de “caos” que a esquerda tinha criado, a elite do país ver a necessidade de organiza-se politicamente para barrar o processo revolucionário em curso. Portanto, era necessário combater os “inimigos perigosos” descobrir suas origens e seus mecanismos de atuação política que, grosso modo, aparentava ser de boa qualidade. Além disso, era preciso identificar o grau de recepção que essa ideologia trouxe para o Brasil e estar atento a Amazônia, “terra ignota ainda” e o seu vasto território (GOLBERY, 1981. p, 51 e 219).

Para o governo militar orientado pela política da segurança interna, era preciso desencadear todo um processo para resguarda a sobrevivência do regime, daí a conseqüente violência no combate aos Guerrilheiros do Araguaia, usando a tática do terror psicológico como forma de arrancar informações junto à população local. A criação da (Ação Cívico Social), ACISO em plena segunda campanha do exercito na região meados de 1972, tinha clara intenção de conquistar a população e disfarçar sua política de agressão e violência. Ao mobilizar um grande contingente de soldados, na operação conhecida como busca e aniquilamento, o Estado não se preocupou em distinguir entre quem era ou não guerrilheiro. Em meio ao conflito, o posseiro da região do Bico do Papagaio foi atingido, pois estava resistindo as constantes mudanças que seu espaço físico e social vinha passando. (MARTINS, 1991, p. 125).

Romualdo Pessoa do Campus Filho (1997), ao analisar a Guerrilha do Araguaia ressalta que, a violência à população local fica evidente com a presença de um alto contingente de soldados. Observa que em Xambioá, o número de soldados correspondia à metade de sua população, e mais tarde, em outubro de 72 ao deixar a região, devido ao fracasso da segunda campanha, as cidades de Xambioá, Ananás e Araguatins foram inseridas no plano de operações e recebem um policiamento ostensivo. Porém, o despreparo desses policiais e o abuso de poder foram características que agravaram a permanência da repressão, além de colabora para o

fortalecimento do latifundiário que mantinha a estrutura de poder local (CAMPUS FILHO, p. 128 – 129).

Neste sentido, a política econômica e social aplicada na região do Bico do Papagaio no contexto da Guerrilha do Araguaia, está diretamente ligada aos interesses da classe dominante. A modernização do posseiro se dá na base da imposição de um modelo de desenvolvimento que o excluía. Modelo esse aplicado com o uso da força, através da repressão e coação. Isso está posta nas injustiças provocadas pelas operações militares, centenas de quilômetros longe do foco da guerrilha e o estabelecimento de uma reforma agrária estratégica, depois do conflito, confirma a prioridade da repressão na região: a disputa pela terra entre posseiros e latifundiários (MARTINS, 1991, p. 126).

A criação da GETAT nos anos 70 estava claramente vinculada ao projeto que vinha sendo implantado na região desde da criação da SUDAM em 1966 e posteriormente do INCRA. Mostra que a intenção do regime militar não era resolver o problema, mas remediá-lo para ganhar tempo na concretização do seu projeto de desenvolvimento para a Amazônia. A abertura da Belém-Brasília e mais tarde da Transamazônica só facilitou o desalojamento do posseiro frente ao poder do capital que, apoiado pela política agrícola do Estado se estabeleceu com toda a força na região.

Vendo por este prisma o combate a Guerrilha do Araguaia serviu ao mesmo tempo como caminho para o efetivo projeto dos militares na Amazônia Legal e, o Bico do Papagaio como porta de entrada, foi onde se deu com mais ênfase a forte repressão quando se trata da luta pela terra. O que fica claro, neste contexto, é o fato de que os militares impuseram um projeto de cima para baixo, aplicando uma política na base do terror e da violência. Neste sentido, a combate aos guerrilheiros pode ser interpretado como sendo o caminho mais fácil de solucionar a questão agrária sem necessariamente resolver o problema do acesso a terra por parte do posseiro.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; VINCENT, Carelli; SAUTCHUK, Jaime. *A Guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

GRAZIANO, José da Silva. *A Modernização Dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

IANNI, Octavi. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia. Petrópolis . Petrópolis. Editora Vozes Ltda, 1979.*

_____. *Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S. 1979.*

JACOB, Gorender. *Combate nas Trevas (A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada). São Paulo, Editora Atica, 1987.*

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo do Aragão. In: *Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005.*

MARTINS, José de Sousa. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis, Editora Vozes, 1985.*

MARTINS, José de Sousa. *A chegada do Estranho. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.*

_____. *Expropriação e Violência, A Questão Política no Campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1991.*

PEREIRA, Liliana Patrícia Lemos Sepúlveda. *Os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio – Tocantins na década de 1980. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 1990.*

SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1986.*

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional, O poder Executivo e a Geopolítica do Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.*